

A produção acadêmica em Financiamento da Educação no Nordeste brasileiro: as teses e dissertações em educação das universidades federais

Maria de Jesus Rodrigues Duarte
Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/PI – Brasil

Rosana Evangelista da Cruz
Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina/PI – Brasil

Resumo

O artigo apresenta um panorama da produção acadêmica sobre Financiamento da Educação nos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades federais do Nordeste brasileiro, no período de 1990 a 2019. A pesquisa documental, de natureza exploratória e descritiva, inserida entre os estudos de revisão que mapeiam e analisam, pautou-se na análise de conteúdo para exploração das 87 teses e dissertações sobre Financiamento da Educação. Os resultados mostraram um crescimento expressivo da produção na área, com prevalência de dissertações e concentração de estudos em algumas universidades (UFPI, UFRN, UFC e UFPB), bem como a predominância das temáticas valorização do magistério, controle social e financiamento da educação básica. Em contraponto, a pesquisa demonstrou a necessidade de mais estudos sobre: financiamento do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos; gastos públicos com MDE e descentralização financeira, temas com menor representatividade do conjunto analisado.

Palavras-chave: **Financiamento da Educação. Produção Acadêmica. Estudos de Revisão.**

Academic production in Education Financing in the Brazilian Northeast: theses and dissertations in education from federal universities

Abstract

The article presents an overview of the academic production on Education Financing in the Postgraduate Programs in Education of the federal universities in the Brazilian Northeast, from 1990 to 2019. The documentary research, of an exploratory and descriptive nature, inserted among the review studies that map and analyze, was based on content analysis to explore the 87 theses and dissertations on Education Financing. The results showed a significant growth in production in the area, with a prevalence of dissertations and a concentration of studies in some universities (UFPI, UFRN, UFC and UFPB), as well as the predominance of the themes: valorization of teaching, social control and financing of basic education. In contrast, the research showed the need for more studies on: financing of secondary education and youth and adult education; public spending on MDE and financial decentralization – themes with less representation of the analyzed set.

Keywords: **Education Financing. Academic Production. Review Studies.**

Producción Académica sobre Financiamiento de la Educación en el Nordeste Brasileño: tesis y disertaciones en educación de universidades federales

Resumen

Este artículo presenta un panorama de la producción académica sobre el financiamiento de la educación en los programas de posgrado en educación de universidades federales del Nordeste brasileño, durante el período de 1990 a 2019. La investigación, de carácter exploratorio y descriptivo, se enmarca en los estudios de revisión y se basa en el análisis de contenido para explorar las 87 tesis y disertaciones sobre financiamiento de la educación. Los resultados muestran un crecimiento significativo en la producción académica en esta área, con predominio de disertaciones y una concentración de estudios en algunas universidades, como la UFPI, UFRN, UFC y UFPB. Asimismo, se observa una prevalencia de temas relacionados con la enseñanza, el control social y el financiamiento de la educación básica. En contraste, la investigación destaca la necesidad de profundizar en estudios sobre el financiamiento de la educación secundaria y de la educación de jóvenes y adultos, así como sobre el gasto público en MDE (Mantenimiento y Desarrollo de la Educación) y la descentralización financiera, áreas que presentan una menor representación en el conjunto analizado.

Palabras clave: **Financiamiento de la Educación. Producción Académica. Estudios de Revisión.**

Introdução

O panorama da pesquisa em Educação protagonizado pelos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) foi vastamente analisado por Azevedo e Aguiar (2001), Romanowski (2002), André (2006), entre outros. Salienta-se que o campo de estudos em Educação abrange um grande conjunto de subáreas com características particulares e objetos de estudo diferentes que tratam do ensino, currículo, história da educação, gestão escolar, políticas educacionais (Forner; Tassoni, 2017; Cardoso; Silva; Santos, 2018; Anibal; Torre, 2019), constituindo espaço de lutas e debates acirrados em virtude da grande diversidade de teorias e da composição de sua própria história (Gatti, 2003).

No que concerne, especificamente, à Política Educacional, vários são os estudos dentro dos PPGEs que abordam esse campo de investigação. Essas pesquisas produzem análises a respeito da produção acadêmica no contexto dos programas (Bello; Jacomini; Minhoto, 2016), da teorização (Fávero; Toniato, 2016), da delimitação do objeto (Mendes; Perrela; Cruz, 2019) e dos aspectos teórico-metodológicos (Cruz; Mendes; Jacomini, 2019). Buscam apontar as características e tendências das pesquisas acadêmicas, elaborando indicativos para superação de lacunas ou dificuldades do campo em estudo, bem como trazendo à luz as questões teórico-metodológicas que perpassam a produção acadêmica em política educacional.

Dentro desse arcabouço de estudos que tratam da Política Educacional, o tema Financiamento da Educação vem crescendo consideravelmente nas produções científicas dos PPGEs das universidades públicas (Pinto, 2000; Davies, 2006; Cruz; Jacomini, 2017),

especialmente após a instituição da política de fundos para o financiamento da Educação. Muitos estudos são elaborados no sentido de ponderar, criticar, historicizar e sugerir novos caminhos para o setor. O aumento das produções tem exigido o desenvolvimento de estudos que se debrucem sobre os diferentes aspectos da investigação sobre a temática.

Observam-se, nesse grupo, trabalhos denominados de 'estado da arte', 'estado do conhecimento', 'revisão bibliográfica' ou mesmo 'levantamentos bibliográficos' sobre Financiamento da Educação, dos quais se destacam: Velloso (2001); Gomes *et al.* (2007); Davies (2014); Santos (2013); Jacomini e Cruz (2019); Souza (2019), entre outros. Nessa perspectiva, uma revisão do conhecimento produzido sobre um tema "é um passo indispensável para desencadear um processo de análise qualitativa dos estudos produzidos nas diferentes áreas do conhecimento" (Romanowski; Ens, 2006, p. 43), contribuindo, sobremaneira, para desvelar o objeto foco do estudo.

O presente artigo faz parte desse esforço de compreensão da constituição e fortalecimento do tema Financiamento da Educação no campo das políticas educacionais, a partir da análise de um conjunto de trabalhos resultantes "de investigações de natureza teórica ou empírica" (Mainardes, 2018, p. 3), realizados em programas de pós-graduação. O objetivo é traçar um panorama referente à produção acadêmica sobre Financiamento da Educação, considerando a quantidade de trabalhos por instituição, o ano de defesa, os subtemas abordados e os resultados apresentados nas teses e dissertações dos PPGs das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nordestinas.

O trabalho insere-se entre os estudos de revisão caracterizados, de forma extensiva, como "aqueles que tomam como objeto de pesquisa a produção científica/acadêmica de determinada área, subárea ou campo de conhecimento, tendo em conta a especificidade do recorte temático e temporal" (Jacomini; Penna; Bello, 2019, p. 5). Nessa vertente, as autoras supracitadas classificam os estudos de revisão que fazem mapeamento em três categorias. Na primeira categoria, estão os trabalhos que fazem levantamento bibliográfico que, segundo elas, se caracterizam pela produção de forma inventariante e descritiva.

Na segunda categoria, na qual se localiza o presente trabalho, estão os estudos de revisão de literatura e revisão de produção, que têm como atributo comum a forma de conduzir a pesquisa, pois, além de levantar as características gerais dos trabalhos pesquisados, eles ainda analisam, classificam e sistematizam os achados das pesquisas, trazendo conclusões acerca do que se construiu sobre determinada temática, campo ou área do conhecimento (Jacomini; Penna; Bello, 2019).

A terceira categoria classificada pelas autoras congrega pesquisas do tipo estado da arte ou estado do conhecimento. Apesar das semelhanças com as pesquisas de revisões bibliográficas e de literatura, elas "se diferenciam destas pela abrangência do escopo da pesquisa, pelo tipo de análise que realizam e pela finalidade de indicar as características e contribuições de determinada produção acadêmica" (Jacomini; Penna; Bello, 2019, p. 7). A relevância desses tipos de estudos, principalmente para os programas de pós-graduação, decorre do fato de permitir verter um olhar crítico sobre o conhecimento produzido, delineando novos desafios no campo de estudo.

Na revisão da literatura sobre Financiamento da Educação, foram localizados trabalhos com características de levantamento bibliográfico (Davies, 2014), revisão de literatura ou de produção (Gomes *et al.*, 2007), estado da arte ou estado do conhecimento (Velloso, 2001;

Santos, 2013; Souza, 2019), e estudos que tratam sobre a produção de conhecimento na pós-graduação em Educação, debruçando-se sobre temáticas específicas do campo (Cruz; Jacomini, 2017; Jacomini; Cruz, 2019; Duarte, 2021), contribuindo para a compreensão de sua constituição.

A consulta a esses trabalhos possibilitou um mapeamento geral das pesquisas sobre a temática e oportunizou, conforme indicado por Romanowski e Ens (2006, p. 41), “uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite” perceber “a evolução das pesquisas”, favorecendo a percepção dos enfrentamentos e limites dessas produções, que, apesar do grau de profundidade atingido, deixam lacunas que interessam diretamente à pesquisa empreendida.

A primeira etapa deste estudo consistiu na escolha dos bancos de dados nos quais foram feitos os levantamentos das teses e dissertações sobre Financiamento da Educação produzidas nos PPGEs das universidades federais nordestinas. Optou-se pelos bancos de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (Brasil, 2020a); dos Repositórios Institucionais dos PPGEs das nove universidades federais foco da pesquisa: Universidades Federais do Maranhão (UFMA), do Piauí (UFPI), do Ceará (UFC), do Rio Grande do Norte (UFRN), da Paraíba (UFPB), de Pernambuco (UFPE), de Alagoas (UFAL), de Sergipe (UFS) e da Bahia (UFBA); do Portal Brasileiro de Dados Abertos (Brasil, 2020b) e da consulta em dois estudos que fizeram levantamentos bibliográficos sobre Financiamento da Educação (Davies, 2014; Moreira, 2012).

A escolha das expressões indexadoras teve como orientação as palavras-chave utilizadas na coleta dos trabalhos sobre Financiamento da Educação na pesquisa nacional intitulada “A produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil: características e tendências 2000-2010” (Silva *et al.*, 2014) e dos eixos temáticos dos grupos de trabalho dos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca). Os descritores utilizados para busca dos trabalhos foram: financiamento da educação; controle social do financiamento da educação; gasto público e educação; Fundef; Fundeb; recursos públicos; conselho de acompanhamento; controle social do Fundeb; conselho de acompanhamento do Fundef; políticas de financiamento da educação básica e superior; planos de carreira e remuneração docente; relações público-privado no financiamento da educação.

A partir dos descritores, foi possível identificar, pelo título, as 87 produções que tratavam sobre a temática. *A priori*, não se estabeleceu uma data inicial para busca das produções, pois o interesse era localizar o maior número possível de trabalhos, objetivando traçar um perfil abrangente do objeto. Dessa forma, o ano de 1990 foi adotado como marco inicial, por ser este o ano em que foi localizada a primeira dissertação de mestrado oriunda dos PPGEs das universidades *lócus* da pesquisa. O ano de 2019 foi definido como marco final por ser este o ano anterior ao de conclusão da pesquisa, considerando que os bancos de dados utilizados no levantamento necessitam de um tempo hábil para atualização e processamento dos dados.

No que concerne aos objetivos da pesquisa, este estudo possui uma natureza exploratória e descritiva, nos termos de Gil (2008), buscando revelar os aspectos da produção de conhecimento nas pesquisas sobre Financiamento da Educação, no recorte escolhido, e trazer as características inerentes ao campo investigado. Quanto aos procedimentos técnicos

para produção e análise de dados, o trabalho foi dirigido por pesquisa documental e análise de conteúdo, nos termos de Bardin (2016), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação, com base na leitura do título, palavras-chaves e resumo dos 87 trabalhos catalogados.

Os trabalhos analisados se desenvolvem no contexto em que o financiamento público para a educação no Brasil é assegurado mediante a vinculação constitucional de recursos. Instituída em 1934, a atual vinculação consiste em nunca menos de 18% dos impostos da União e, no mínimo, 25% de impostos de estados e municípios, inclusive provenientes de transferências, havendo um marco legal que organiza e orienta a sua execução, conferindo-lhe contornos próprios.

No âmbito do presente estudo, o levantamento realizado num espaço temporal dos últimos 30 anos (1990-2019) demonstra o fortalecimento da temática Financiamento da Educação nas IFES analisadas a partir da implementação dos fundos contábeis Fundef e Fundeb¹ (Santos, 2013; Souza, 2019), o que fomentou, de maneira significativa, as pesquisas sobre o financiamento da educação, isto porque esses fundos reconfiguraram a oferta educacional decorrente de seus critérios de partilha intraestadual e da complementação da União, tendo efeitos diretos no pacto federativo no campo educacional, como alerta Pinto (2007, 2012).

A expansão da temática e as vertentes de análise sobre o financiamento da educação são apresentadas neste artigo, composto por esta introdução, seguido da seção que trata do panorama da produção em Financiamento da Educação no Nordeste, as considerações finais e referências adotadas no estudo.

O panorama da produção acadêmica sobre Financiamento da Educação no Nordeste brasileiro

Os nove Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) nordestinas produziram 87 teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, de 1990 a 2019. As dissertações de mestrado concentraram 64% da produção acadêmica no período e as teses de doutorado 36%. O menor volume de teses em comparação com o número de dissertações também foi evidenciado em produção sobre o tema no período de 2000 a 2010, envolvendo programas de pós-graduação em diversas regiões. A produção total por instituição pode ser vista na Tabela 1, a seguir.

¹ Fundef: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), implementado de 1996 a 2006; Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com vigência de 2007 a 2020.

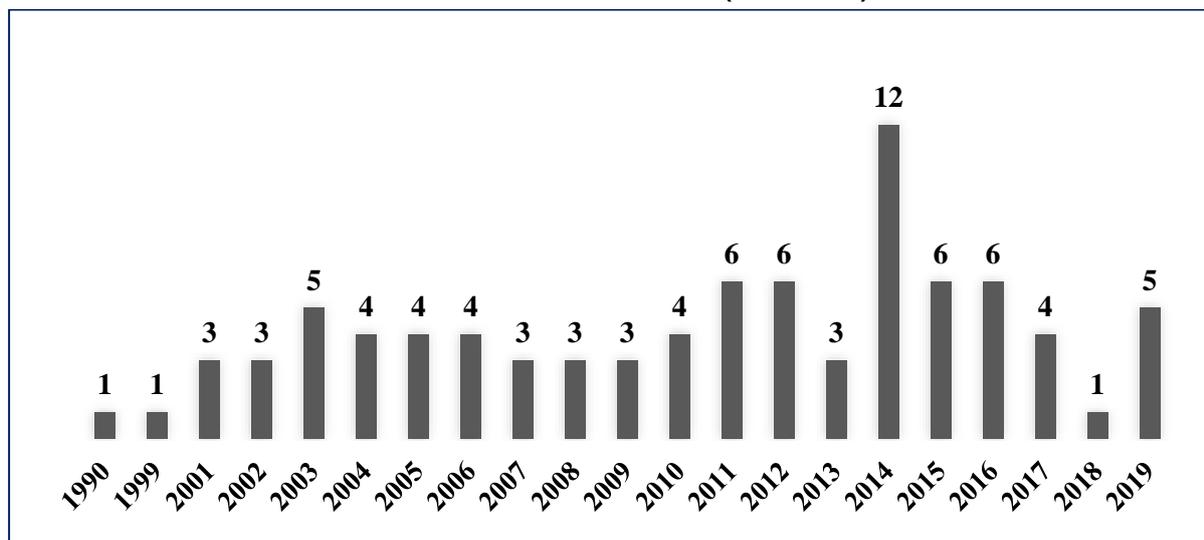
Tabela 1 – Total de teses e dissertações sobre Financiamento da Educação nos PPGEs das IFES nordestinas (1990 – 2019)

Nome da IFES	Nº Teses	Nº Dissertações	Total	%
UFPI	1	18	19	22
UFRN	9	7	16	18
UFC	6	7	13	15
UFPB	5	7	12	14
UFPE	4	7	11	13
UFBA	4	6	10	12
UFAL	0	2	2	2
UFMA	0	2	2	2
UFS	2	0	2	2
TOTAL	31	56	87	100

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 1 revela assimetrias que permeiam a produção acadêmica da região Nordeste, pois, na distribuição das 87 produções que trataram de Financiamento da Educação entre os PPGEs das IFES, prevaleceu uma concentração de pesquisa sobre esse tema na UFPI que respondeu por 19 trabalhos (22%) e na UFRN, com 16 estudos (18%), seguidas pela UFC (15%) e UFPB (14%), com 13 e 12 estudos, respectivamente. Na sequência, apareceram a UFPE, com 11 pesquisas (13%), a UFBA com 10 estudos (12%) e a UFMA, a UFAL e a UFS, com dois estudos cada, representando 6% na soma das três instituições.

Uma das razões que justificam essa disparidade intrarregional observada no quantitativo de produções das universidades federais – no contexto em que a UFPI e a UFRN, juntas, respondem por 40% do total da produção – é a participação de pesquisadores dessas IFES em estudos desenvolvidos em rede de pesquisa de âmbito nacional (Duarte, 2021). A produção por ano apresenta-se a seguir (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, por ano, nas IFES do Nordeste brasileiro (1990-2019)

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

O Gráfico 1 possibilita visualizar o comportamento da produção sobre Financiamento da Educação no decorrer do espaço temporal de 30 anos. O marco definidor do crescimento das produções foi a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 1998, suscitando interesses de compreensão desse novo objeto de estudo (política de fundos para o financiamento da educação) no campo de pesquisa em política educacional (Santos, 2013; Souza, 2019), com crescimento constante. Cabe ressaltar que o *boom* no volume de produções em 2014 foi resultado dos estudos vinculados à pesquisa nacional “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas”, desenvolvida entre os anos de 2009 a 2013, envolvendo três das IFES nordestinas (UFPI, UFRN e UFPB) com maior produção.

Em relação aos subtemas investigados, a Tabela 2 apresenta a sistematização dos assuntos abordados nos trabalhos que compreenderam o universo da pesquisa. Agrupados por temáticas específicas, tomando por base as palavras-chave e a leitura dos resumos das 87 teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, foi possível constituir uma visão mais ampla sobre a produção da área.

Tabela 2 – Temas abordados nas teses e dissertações sobre Financiamento da Educação, nas IFES do Nordeste brasileiro (1990 – 2019)

Temática	Nº vezes	%
Valorização do Magistério	29	33,32
Controle Social	12	13,79
Financiamento da Educação Básica	12	13,79
Atendimento Educacional	6	6,90
Custo/Gasto por aluno	6	6,90
Programas de Descentralização	6	6,90
Assistência Estudantil	3	3,45
Financiamento da Educação Superior	3	3,45
Financiamento da Educação Profissional	2	2,30
Regime de Colaboração	2	2,30
Receitas/Despesas	1	1,15
Políticas de Municipalização do Ensino Fundamental	1	1,15
Políticas de Acordos Internacionais	1	1,15
Gastos Públicos com MDE	1	1,15
Fontes de Financiamento do Estado Militar	1	1,15
Descentralização Financeira	1	1,15
Total	87	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa.

Conforme dados expostos na Tabela 2, os temas aglutinadores com maiores percentuais de estudos em Financiamento da Educação, no período de 1990 a 2019, foram “Valorização do Magistério”, “Controle Social” e “Financiamento da Educação Básica”, porque tiveram as políticas implementadas pelo Fundef/Fundeb como arcabouço central. Observa-

se, ao relacionar as temáticas mais pesquisadas em Financiamento da Educação com as IFES com maior número de pesquisas e com a quantidade de trabalhos entregues por ano, a influência das políticas de fundos, da participação de docentes em pesquisas nacionais e da inserção em grupos de pesquisa que têm como tema central as políticas educacionais, como a UFPI com o “Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Política e Gestão da Educação – Nuppege”, a UFPB com o grupo “Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior” e a UFRN com o grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Financiamento da Educação Básica” (Brasil, 2020c).

No agrupamento dos estudos que tiveram como foco a valorização do magistério, constatou-se que, dentro do período analisado, o ano de maior produção foi 2014, com oito trabalhos voltados para essa temática. Coincidentemente é o ano com maior número de pesquisas sobre Financiamento da Educação (12), conforme apresentado, anteriormente, no Gráfico 1. Considerando a categorização das temáticas, o tema mais presente relaciona-se às políticas de valorização profissional, com 29 trabalhos, representando 33% do total dos estudos analisados. Em geral, esses estudos têm como pano de fundo a valorização do magistério prevista no Fundef/Fundeb. Os estudos abordam os seguintes aspectos: piso salarial, condições de trabalho, formação, carreira e remuneração dos profissionais da Educação.

Dentre esses aspectos, 15 estudaram, especificamente, as implicações da política de fundos na remuneração dos docentes, considerando suas dimensões formativas e destacando o impacto e os impasses nas políticas de valorização do magistério. Os demais discutiram assuntos mais gerais que privilegiaram, entre outros temas, a lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), o Estatuto do Magistério e o Plano de Cargo, Carreira e Remuneração – PCCR, alguns contemplando a ação sindical na luta pela implementação do Piso e as condições de trabalho de professores do ensino médio. Apenas um trabalho se diferencia na abordagem por debruçar-se sobre a política de remuneração meritocrática. Nos estudos sobre a valorização do magistério, assim como em outros aspectos das pesquisas sobre Financiamento da Educação, no *corpus* desta investigação, a política de fundos é o cenário principal, uma vez que os anos de análise da pesquisa compreendem todo o processo de criação e implementação dos fundos contábeis Fundef e Fundeb.

As conclusões dos 29 trabalhos sobre valorização analisados neste artigo indicam que, mesmo com os avanços do Fundeb em relação ao Fundef, os dois fundos não foram capazes de promover plenamente a valorização do magistério. A Lei nº 11.738/2008 (Brasil, 2008), que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), apesar de ter elevado o vencimento da categoria em geral, muitas vezes através da incorporação dos itens da remuneração, não assegurou a efetiva valorização. Esses resultados encontrados nos trabalhos analisados corroboram os estudos de Davies (2006), Pinto (2007) e Jacomini, Minhoto e Camargo (2012), os quais informam que, embora tenham assegurado uma política de melhoria salarial para os docentes, os fundos não estabeleceram regulamentações efetivas que propiciassem a referida valorização dos profissionais da educação, especialmente no período de vigência do Fundef.

Além das 29 pesquisas que trataram da valorização dos profissionais da Educação, 12 estudos foram agrupados em controle social, representando 14% do total de trabalhos analisados. O Fundef e o Fundeb tiveram importante papel no interesse por esse tema, porque

estabeleceram os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACs), visando contribuir para o cumprimento de suas finalidades no financiamento educacional com a participação da sociedade na sua fiscalização. Em relação aos resultados, os estudos demonstraram que os conselhos foram instituídos, o que é um avanço para a sociedade. No entanto, têm dependência do poder público para o seu funcionamento; persistem vícios no processo de eleição dos seus membros, o que reforça a tutela estatal, e prevalece a incipiente formação de conselheiros para o exercício do seu papel, ocasionando limitações na sua função de controle social.

Essa realidade, constatada nas teses e dissertações, corrobora as afirmações de Davies (2010, p. 59) de que não basta ter “representantes da sociedade civil em conselhos”, pois, para que tenham eficácia, precisam ser mais qualificados para propor mudanças que, significativamente, apontem para a superação das desigualdades sociais.

No universo dos 87 estudos, 12 foram agrupados na temática Financiamento da Educação Básica (14%), sendo que sete focam no ensino fundamental, três na educação infantil, um no ensino médio e um na educação de jovens e adultos. Dentre as pesquisas que focaram no ensino fundamental, duas assinalaram que o aporte de recursos não é fator preponderante para a qualidade do ensino e que os resultados alcançados em exames de larga escala, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), estão mais ligados à prática da gestão.

Os demais trabalhos apontaram que a estrutura política e econômica no Brasil não privilegia um processo educacional voltado para a transformação social, mas vincula-se em torno dos ditames e interesses comerciais e políticos que atendem projetos neoliberais, ainda alinhados às análises feitas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, afastando-se das leituras mais críticas sobre as políticas educacionais. Constataram que houve mudanças significativas na educação do município com a implementação dos Fundos, mas que, apesar das novas ações, não ocorreu, de fato, uma abertura para uma gestão democrática, permanecendo toda a decisão centrada no Executivo local, postura que contribui para permanência e prática do clientelismo na educação, prejudicando a universalização do ensino fundamental.

Os estudos com foco na educação infantil, de modo geral, analisaram em que medida o Fundeb se constituiu numa política capaz de financiar, de forma adequada e com qualidade, a expansão do atendimento educacional. Os resultados desses trabalhos informaram ampliação da oferta e do número de estabelecimentos de educação infantil, assim como a consolidação de uma gestão mais democrática e participativa. No estudo que tratou do ensino médio, destacou-se o fato de o governo estadual contratar profissionais temporários ao invés de efetivos, medida que, segundo a pesquisa, reduz os gastos com pessoal, precariza o trabalho docente e enfraquece as organizações sindicais.

Na pesquisa que priorizou a educação de jovens e adultos, concluiu-se que existe um dualismo nas concepções dos educadores e dos gestores que interferem na dinâmica de afirmação da EJA como um direito no contexto escolar, pois ora privilegiam os princípios neoliberais hegemonicamente impressos nas políticas educacionais de forma descontextualizada e a-histórica, ora adotam uma postura contra-hegemônica que privilegia os sujeitos, suas demandas e identidades.

Do conjunto do total de trabalhos analisados, 18 estudos (21%), divididos equitativamente, tiveram como foco o Atendimento Educacional no ensino fundamental, Custo/Gasto por aluno e Programas de Descentralização. Dos seis que trataram do Atendimento Educacional, quatro debruçaram-se sobre a oferta em rede estadual e municipal de educação, com ênfase nas rupturas e permanências provocadas pelo Fundef, concluindo que houve resultados positivos para a realidade educacional, mas aquém do esperado pela comunidade atendida. Nos outros dois trabalhos, um analisou o desempenho da gestão municipal após sua implementação, concluindo que existe fragilidade estrutural dos sistemas em razão das descontinuidades administrativas que comprometem a educação, afetam a gestão educacional e a eficácia da política do Fundef nos municípios; e o outro avaliou a correspondência entre os níveis dos gastos em educação pública no Brasil trazendo a equivalência quantitativa dos discentes matriculados em cada esfera de governo (federal, estadual e municipal) e em cada nível de ensino (educação básica e ensino superior), constatando os múltiplos antagonismos na correlação entre o volume de recursos e o total de matrículas efetivadas.

Na temática Custo/Gasto por Aluno, dois analisaram o custo-aluno/ano da educação infantil, tendo como cenário a política de fundos para o financiamento da educação. Os outros quatro que compõem essa temática referiram-se, de modo geral, ao gasto por aluno na educação básica buscando avaliar a correspondência entre os níveis dos gastos em educação pública e as matrículas nas esferas estadual e municipal. Como resultado, os estudos constataram que as escolas localizadas na zona rural apresentam um custo-aluno/ano mais elevado que o das escolas da zona urbana, resultado associado ao quantitativo de matrículas das escolas localizadas em cada zona. A insuficiência de recursos, principalmente para a educação infantil, foi um dos resultados apontados nos estudos, os quais concluem que o princípio da igualdade de oportunidades, como função precípua da educação e do federalismo fiscal, está longe da realidade educacional brasileira, ocasionando a progressiva diminuição do gasto por aluno, o que leva a educação pública à pauperização.

Nos trabalhos sobre Programas de Descentralização, um tratou do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate); dois sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); um abordou o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), e dois foram sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Os achados das pesquisas evidenciaram: participação incipiente da União no Pnate, ainda restrito à oferta do transporte escolar rural; e promoção de melhorias na infraestrutura das escolas e na participação da comunidade escolar nas decisões sobre como usar o recurso do PDDE.

No Pnae, um dos estudos concluiu que a cisão na relação entre agricultores familiares, prefeituras e agentes ligados ao programa é um entrave que inviabiliza a compra dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, e o outro apontou que as condições de atendimento do Programa apresentam fragilidades no tocante à qualidade da alimentação, à estrutura dos refeitórios, à equipe de merendeiras e aos valores repassados, os quais são insuficientes para o alcance dos objetivos do Pnae. No âmbito do Pronacampo, a pesquisa evidenciou os limites do Programa em relação às necessidades de ações para a formação de trabalhadores do campo.

Os demais trabalhos que perfazem o escopo da pesquisa em foco concentraram 16 produções (18%) com temáticas diversas, como: Assistência Estudantil (3); Financiamento da Educação Superior (3); Financiamento da Educação Profissional (2); Regime de

Colaboração (2); Receitas/Despesas (1); Políticas de Municipalização do Ensino Fundamental (1); Políticas de Acordos Internacionais (1); Gastos Públicos com MDE (1); Fontes de Financiamento do Estado Militar (1) e Descentralização Financeira (1).

A Assistência Estudantil foi abordada em três trabalhos. Dois tiveram como foco o Caixa Escolar, objetivando esclarecer esse mecanismo de financiamento da educação para as classes pauperizadas. O terceiro estudo abordou a Política de Assistência Estudantil (PAE), explicitando o formato e problematizando os limites no que tange ao seu financiamento.

Os resultados das pesquisas concernentes ao Caixa Escolar esclareceram sua importância no auxílio às crianças pobres e aos estabelecimentos públicos de instrução, tendo impacto em todos os ramos da sociedade. Contudo, concluíram que, apesar de ser um meio de financiamento educacional descentralizador, não pode ser considerado como um processo de verdadeira democratização da instituição. Quanto ao PAE, o estudo concluiu que não são estabelecidos, em nível nacional ou local, recursos pré-determinados para essa política, o que inviabiliza sua efetivação para todos os estudantes que dela necessitam, tornando-se instrumento de manutenção das condições de desigualdades sociais entre estudantes.

Os três estudos que contemplaram o Financiamento da Educação Superior analisaram as políticas de expansão das instituições públicas e privadas. Um dos trabalhos tratou da influência do capital na mercantilização do ensino superior à luz da crítica marxista e sob as influências de órgãos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco; outro, além da discussão sobre as orientações dos organismos internacionais para a educação superior, debruçou-se, com especial atenção, para os programas Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O último, também com foco nas políticas de expansão e financiamento, teve como objetivo estabelecer um quadro do ensino superior público decorrente dessas políticas, considerando os contextos internacional e nacional. As análises dos respectivos trabalhos apontaram para um processo significativo de expansão e de mercantilização da oferta do ensino superior, o que atende aos anseios das políticas neoliberais orientadas, dentre outros, pelos órgãos internacionais. Também mostraram que a expansão não representou uma ampla democratização de acesso, pois não ofereceu condições de permanência, fato comprovado pelo baixo número de concluintes nas instituições.

Na categorização Financiamento da Educação Profissional, foram agrupados dois estudos, sendo um sobre as formas de organização e financiamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) – e o outro sobre o financiamento da educação profissional a partir dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), no início da década de 1990.

Nas duas pesquisas, apesar de focarem tempos e espaços de formação profissional diferentes, percebe-se o imbricamento das parcerias público-privadas, transformando o espaço público em *lócus* privado, “contribuindo para o fortalecimento de um mercado educacional no qual a iniciativa privada se beneficia duplamente, seja pela formação de mão de obra, seja pelos recursos públicos recebidos para a gestão direta” (Nascimento, 2016, p. 9). Portanto, os trabalhos concluíram que o direito à educação é remetido para a esfera do mercado, fortalecendo o privado, reforçando a dualidade estrutural que permeia a educação profissional e favorecendo sua mercantilização.

Os dois estudos que abordam o Regime de Colaboração compreenderam o tema como mecanismo necessário para equilibrar as tensões na oferta educacional, em face da assimetria existente em um país como o Brasil, com dimensões continentais e estrutura federativa com características desiguais quanto à capacidade de autofinanciamento entre os entes federados, com desigualdade de distribuição de renda e discrepância do potencial tributário entre as regiões. Tais fatores tornam esse regime a principal estratégia de superação das desigualdades existentes nos sistemas de ensino estaduais e municipais. Todavia os resultados destas pesquisas apontaram que, no Brasil, os recursos públicos dos sistemas de ensino evidenciam limitações quanto ao equilíbrio federativo e indicam que o fenômeno ocorre em razão da progressiva diminuição da atuação da União no financiamento e da excessiva burocracia entre os órgãos.

O trabalho sobre Receitas/Despesas trouxe o financiamento da educação na rede estadual pública no contexto do Fundef/Fundeb, tendo como referência o federalismo e o regime de colaboração, demonstrando os elementos limitadores ao alcance da equidade na repartição dos recursos e, portanto, na oferta de qualidade na rede pública. Os resultados informaram que a política de fundos contábeis não constituiu instrumento de equalização dos gastos por etapa de ensino, sendo necessário aumentar a participação financeira da União nos municípios com menor capacidade de arrecadação própria. Essa conclusão corrobora estudos que evidenciam a necessidade de um sistema tributário mais justo e com maior participação da União no financiamento da educação básica, com vistas a assegurar um padrão de qualidade na oferta educacional pública para toda a população brasileira (Ednir; Bassi, 2009; Pinto, 2012).

A pesquisa sobre Políticas de Municipalização do Ensino Fundamental abordou o tema como parte de um conjunto de estratégias descentralizadoras integrantes de um amplo programa de modernização e reforma do Estado, no qual se enfatiza uma concepção de administração pública gerencial, voltada para a contenção de gastos públicos, incluindo a descentralização no âmbito dos níveis federativos (municipalização) e da relação entre Estado e sociedade. Nas conclusões, a pesquisa considerou que, ao desresponsabilizar os governos central e estadual em relação ao ensino fundamental, como mecanismo de ajuste estrutural, não foi assegurada a autonomia da gestão local, nem a democratização da educação.

No tema Políticas de Acordos Internacionais, foi feita uma análise comparativa de como ocorreram os processos de negociação efetivados entre o Banco Mundial e o Estado da Bahia que culminaram na realização dos acordos do Projeto Nordeste, Programa Fundescola e Projeto Bahia. Os resultados encontrados no estudo apontaram: a necessidade de haver projetos consubstanciados, por parte dos negociadores do estado proponente, quando do ingresso em processos de negociação com órgãos internacionais; a falta de autonomia das equipes no contexto das negociações; a indefinição de modelos estruturais para a implantação dos projetos; e a ausência de mecanismos que permitam a capacitação institucional a partir de práticas desenvolvidas ou aprendidas durante as negociações, culminando em melhor preparação das equipes brasileiras para acordos internacionais.

Quanto aos outros três trabalhos, um contemplou os gastos públicos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) focando o financiamento da educação no contexto de mudanças econômicas e políticas nos anos 1990, outro abordou o financiamento da educação a partir do ano de 1964, e o último estudo tratou da descentralização financeira nas diretrizes

formuladas para o ensino fundamental relativas à gestão educacional dos anos de 1990 no contexto da Reforma do Estado brasileiro.

O primeiro estudo concluiu que houve redução dos gastos federais com educação tanto em termos absolutos quanto no percentual das receitas de impostos investidos em educação, dentro da obrigatoriedade constitucional, bem como a diminuição da receita oriunda do salário-educação, elencando como fator a conjuntura econômica recessiva, com aumento do desemprego e precarização do trabalho, o que trouxe repercussões negativas sobre a base de cálculo dessa contribuição social.

O segundo estudo se debruçou sobre a estrutura e as fontes de financiamento da educação durante o regime militar, concluindo que prevaleceu uma perspectiva tecnocrática que atendeu a interesses diferenciados e conflitantes, em contexto de dependência dos estados em relação aos recursos federais e de definição centralizada da política educacional do país. Por fim, o último estudo, que tratou da descentralização financeira, concluiu que a política de descentralização de recursos federais com base na constituição de Unidades Executoras se constituiu mais em um movimento de desconcentração do que, propriamente, de descentralização, porque esta é considerada pelo autor como elemento dinamizador da democratização da tomada de decisões na escola e não mera execução de recursos descentralizados.

O conjunto dos 87 trabalhos revelou um esforço para a produção de conhecimento sobre diversos aspectos do Financiamento da Educação, havendo convergência no entendimento da necessidade de maiores aportes de recursos que visem garantir, minimamente, o direito à educação para todos/as.

Considerações finais

O estudo de revisão permitiu constituir um panorama da produção acadêmica sobre Financiamento da Educação a partir da análise das teses e dissertações nos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste, no período de 1990 a 2019. Essa modalidade de estudo é relevante pelo fato de permitir verter um olhar crítico sobre o conhecimento produzido e sobre seu processo de construção indicando as recorrências, as tendências e os vazios deixados.

A pesquisa traçou um panorama analítico das 87 produções sobre Financiamento da Educação nos PPGEs das IFES nordestinas, constatando a prevalência de dissertações (64%) sobre teses (36%). O crescimento das pesquisas sobre a temática, no período dos 30 anos analisados (1990-2019), foi expressivo quando se comparou a produção da década final (2010-2019), que produziu 53 pesquisas, com a primeira década (1990-1999), restrita a duas produções.

Dentre as nove instituições nordestinas pesquisadas, as que se destacaram na produção foram a UFPI (22%), UFRN (18%), UFC (15%), UFPB (14%), UFPE (13%) e UFBA (12%). Com exceção da UFPE, as demais IFES participaram de pesquisas em rede nacional no período de 1999 a 2019, tendo como arcabouço central as políticas implementadas pelo Fundef/Fundeb, abordando desde o processo de implantação e impacto dos fundos contábeis à política de valorização docente, fatores que fomentaram a produção sobre Financiamento da Educação e levaram ao desenvolvimento da maior parte dos trabalhos relacionados à temática.

A análise revelou que o crescimento da produção em Financiamento da Educação tem contribuído, sobremaneira, para o fortalecimento da temática como parte da política educacional e como um campo do conhecimento que está em processo de constituição no Nordeste brasileiro.

Considerando quão promissor é o campo investigativo do Financiamento da Educação e os desafios que se impõem às pesquisas de Pós-Graduação na produção de conhecimento, mostram-se importantes e necessários estudos que objetivem assegurar/alargar o direito à educação e o seu financiamento, dentre estes: Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Gastos Públicos com MDE, uma vez que se constatou apenas um trabalho referente a cada uma dessas temáticas no período em estudo.

Referências

ANDRÉ, Marli. A jovem pesquisa educacional brasileira. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 11-24, set. p. 567-80, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3133/3046>. Acesso em: 17 maio 2020.

ANIBAL, Sérgio Fabiano; TORRE, Patrícia Dalla. Tendências acerca da formação docente em periódicos acadêmicos brasileiros. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 24, n. 42, p. 335-370, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc>. Acesso em: 22 jun. 2022.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de; AGUIAR, Márcia Ângela. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 49-70, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302001000400004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLO, Isabel Meler; JACOMINI, Márcia Aparecida; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Pesquisa em política educacional no Brasil (2000-2010): uma análise de teses e dissertações. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 369-393, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6073/4054>. Acesso em: 05 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://planodecarreira.mec.gov.br/im ages/pdf/lei_11738_16072008.pdf Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <https://bdt.d.ibict.br/vufind/Content/history>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <https://dados.gov.br/pagina/sobre>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no**

Brasil – Lattes. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 28 dez. 2020.

CARDOSO, Elisângela Andrade Moreira; SILVA, Letícia Andrade; SANTOS, Arlete Ramos dos. Formação, currículo e prática pedagógica: desafios da contemporaneidade. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 23, Edição especial, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CRUZ, Rosana Evangelista da; JACOMINI, Márcia Aparecida. Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 249, p. 347-370, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812017000200347&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 19 maio 2020.

DAVIES, Nicholas. Fundeb: a redenção da educação básica? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 96, p. 753-774, out. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a07v2796.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DAVIES, Nicholas. A aplicação das verbas da educação: controle estatal ou social? **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 16, p. 57-74, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7436/5506>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DAVIES, Nicholas. Levantamento bibliográfico sobre financiamento da educação no Brasil de 1998 a 2014. **Educação em Revista**, Marília, v. 15, n. 1, p. 91-162, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/4749>. Acesso em: 30 jul. 2020.

DUARTE, Maria de Jesus Rodrigues. **O financiamento da educação nos programas de pós-graduação em educação do Nordeste**: uma análise da produção do conhecimento nas universidades federais. 2021. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças**: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina. O lugar da teoria na pesquisa em política educacional. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/39636731/O_lugar_da_teor%C3%ADtica_educacional. Acesso em: 07 jan. 2020.

FORNER, Vivian Annicchni; TASSONI, Elvira Cristina Martins. Práticas pedagógicas de alfabetização: um levantamento em periódicos da área no período de 2010 a 2014. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 22, n. 37, p. 430-461, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GATTI, Bernardete Angelina. Pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas. **Nas Redes da Educação**, Campinas, SP, out. 2003. Disponível em: www.fae.unicamp.br/revista/gati.html. Acesso em: 23 ago. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Candido A.; CARNIELLI, Beatrice L.; JESUS, Welligton F. de; LEAL, Helder B. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v. 23, n. 1, p. 29-52, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19012>. Acesso em: 02 set. 2020.

JACOMINI, Márcia Aparecida; CRUZ, Rosana Evangelista da. O financiamento da educação na produção acadêmica de programas de pós-graduação no Brasil (2000-2010). **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 69, p. 653-675, set /dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.cientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/8045/pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

JACOMINI, Márcia Aparecida; CRUZ, Rosana Evangelista da; MENDES, Valdelaine da Rosa. Tendências metodológicas nas pesquisas em políticas educacionais (2000-2010): análise de procedimentos de coleta e análise de dados. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 46, p. 7-30, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/6706/47966340>. Acesso em: 20 abr. 2020

JACOMINI, Márcia Aparecida; MINHOTO, Maria Angélica P.; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Financiamento da educação e remuneração docente na educação básica: uma abordagem a partir de planos de carreira, vencimentos e composição remuneratória em 2010. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 2, n. 10, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/51386/31840>. Acesso em: 06 ago. 2020.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; BELLO, Isabel Melero. Estudos de revisão sobre produção acadêmica em políticas educacionais (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 21, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/66810/39047>. Acesso em: 18 maio 2020.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230034, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230034.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MENDES, Valdelaine da Rosa; PERRELA, Cileda dos Santos Sant’Anna; CRUZ, Rosana Evangelista da. A delimitação do objeto na pesquisa em política educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 8, fev. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64426/37768>. Acesso em: 07 jan. 2021

MOREIRA, Jani Alves da Silva. **Políticas de financiamento e gestão da educação básica (1990-2010): os casos Brasil e Portugal**. 2012. 357 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do. **O PRONATEC no âmbito das políticas públicas de educação profissional: da dualidade estrutural à mercantilização da qualificação profissional**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os recursos para educação no Brasil no contexto das finanças públicas**. Brasília: Editora Plano, 2000.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 877-897, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1228100.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação básica: a divisão de responsabilidades. **Retratos da Escola**, v. 6, n. 10, p. 155-172, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/176/333>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=237&dd99=view/2192/648>. Acesso em: 27 jun. 2017.

SANTOS, Alfredo Sérgio Ribas dos. **Financiamento da educação no Brasil: o estado da arte e a constituição do campo (1996 a 2010)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SILVA, A. A. (coord.) et al. **A produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil: características e tendências (2000-2010): dados dos programas conceito 5 ou mais**. [banco de dados]. Pesquisa financiada pelo CNPq, Edital/Chamada, CNPq/CAPES nº 07/2011. Feira de Santana: Cede, 2014. Disponível em: <http://www2.uefs.br/cede/docs/a-producao-academica-em-politicas-educacionais-2000-2010.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2017.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A pesquisa em política e gestão da educação no Brasil (1998-2015): atualizando o estado do conhecimento. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302019000100500. Acesso em: 03 abr. 2020.

VELLOSO, Jacques. Pesquisas no país sobre financiamento da educação: onde estamos? *In*: WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE; Campinas: Editora Autores Associados, 2001, p. 111-132.

Maria de Jesus Rodrigues Duarte é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Piauí (UFPI) desde 2022. Mestre em Educação (2021) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (2018). Participou como discente do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UFPI e do Programa de Monitoria da Universidade Federal do Piauí (UFPI), nos períodos. É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação (NUPPEGE/UFPI) desde o ano de 2015. Possui graduação em Administração pela Universidade Norte do Paraná (2017).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7519-348X>

E-mail: mjrodrigues2019@outlook.com

Rosana Evangelista da Cruz possui graduação em Pedagogia e Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestrado e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora associada na Universidade Federal do Piauí e pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Política e Gestão da Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente com o tema gestão e financiamento da educação. Membro do Comitê Piauí Campanha Nacional pelo Direito à Educação, representando este coletivo no Conselho de Acompanhamento e Controle e Social do Fundeb/Teresina (suplência OSC 2023-2026).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8341-0835>
E-mail: rosanacruz@ufpi.edu.br

Recebido em 07 de maio de 2023

Aprovado em 11 de julho de 2023

